

CONSAGRAÇÃO E DECADÊNCIA DO ACADEMICISMO LITERÁRIO

O caso do jornalismo

Maurício Silva *
Uninove (SP)

RESUMO

O presente artigo analisa o contexto cultural brasileiro durante a passagem do século XIX para o XX. Para tanto, enfatiza a profissionalização do autor e sua relação com o jornalismo. Este trabalho procura ainda abordar as principais tendências literárias do Pré-Modernismo brasileiro, por meio da análise de características estéticas presentes em alguns de seus principais representantes.

PALAVRAS-CHAVE

Pré-Modernismo, literatura brasileira, jornalismo, estética

De todas as instâncias legitimadoras de um determinado modo de fazer literatura, o jornalismo é sem dúvida uma das mais complexas, exatamente por desempenhar duplo papel em relação à estética academicista, que vigorou no Brasil na passagem do século XIX para o XX: ao mesmo tempo em que consagra *socialmente* o escritor acadêmico, o que seria imprescindível para a própria vigência dessa estética no período, atua no sentido inverso, desvalorizando *esteticamente* o escritor e, conseqüentemente, prognosticando uma época de decadência do academicismo literário.

Ao completar, portanto, a estratégia de visibilidade social e literária promovida pela Academia, a imprensa serviu, aos seus representantes, de tribuna pública, por intermédio da qual se podia divulgar os ideais artísticos e políticos dos acadêmicos, além de sua ética e estética. Era todo um aparato editorial, composto principalmente por grandes jornais e revistas mundanas, que publicava romances, poemas, crônicas, contos e novelas, por meio dos quais o autor tornava-se mais conhecido do público, adquirindo assim maior prestígio social, o que, não raramente, se traduzia numa mais larga recepção de sua produção artística. A imprensa, evidentemente, também ganhava com essa estratégia, já que a incorporação de nomes bem aceitos pelo público leitor ao seu corpo de redatores significava, expressamente, maior vendagem, logo, o alargamento

* maurisil@gmail.com

da margem de lucro. Por isso mesmo, não se importava em servir de palanque artístico ou político para muitos acadêmicos, desde que isso pudesse reverter em benefícios para ambos os lados. Em suma, consagrava, consagrando-se...

Mas todo esse processo não se fazia sem contrapartida: a adesão incondicional ao jornalismo e suas práticas textuais acabava comprometendo exatamente o cerne da produção academicista e um de seus pilares estéticos: a forma. Desse modo, o preço pago pelo escritor – que, a partir de então, transformava-se numa categoria biforme, definida precariamente como escritor-jornalista – era demasiado: em troca do prestígio pessoal incontestado que a imprensa lhe proporcionava, produzia-se um paulatino esvaziamento de sua expressão estética, em favor de uma escritura mais ágil, efêmera e superficial, logo, *formalmente* menos acadêmica.

“A IMPRENSA É A VISTA DA NAÇÃO”

Como já assinalaram diversos estudiosos do assunto, a passagem do século XIX para o XX marca a transformação irreversível do jornal em produto de consumo corrente, inaugurando uma verdadeira “idade de ouro da imprensa”.¹ Várias causas desse progresso podem ser apontadas, como a generalização da instrução, a democratização da vida política, a urbanização crescente, o desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação, a modernização das técnicas ligadas à imprensa, etc. Tudo isso faria com que essa passagem de século se transformasse, como já apontou Weber,² numa época particularmente afeita às notícias, aos *faits divers*, aos boletins e às manchetes sensacionalistas, enfim, a uma complexa rede de comunicação que tinha em seu ápice o próprio jornal. Além disso, trata-se de uma época que – sobretudo na Europa, mas também no Brasil – seria marcada pela consolidação profissional do jornalista, momento em que este se constitui num autêntico profissional da escrita, adquirindo, a partir de então, prestígio e reconhecimento jamais vistos antes.³

A imprensa, que já tinha uma tradição bastante longa na Europa, com uma história que datava pelo menos do final do século XVI, chega ao Brasil tardiamente: a princípio, de forma ainda incipiente e precária, ligada à burocracia administrativa, no início do século XIX, trazida por D. João VI; depois, já em fins do mesmo século, com a ocorrência de uma série de transformações sociais, políticas e econômicas, de modo mais desenvolvido. A aquisição, pela imprensa, de um estatuto empresarial deve-se, contudo, já na passagem do século XIX para o XX, principalmente a dois fatores sócio-históricos concretos: a urbanização e a industrialização do país. A partir de então, a imprensa passa a atender às necessidades de divulgação de uma cultura letrada incipiente, de

¹ ALBERT; TERROU. *História da imprensa*, p. 51.

² WEBER. *França fin-de-siècle*.

³ BOIVIN. *Histoire du journalisme*; MARTIN. *Médias et journalistes de la République*; LEUENROTH. *A organização dos jornalistas brasileiros. 1908-1951*; MOREL. *A trincheira da liberdade*. História da Associação Brasileira de Imprensa.

suporte a uma estrutura burocrática comercial e industrial, de apoio à organização administrativa das cidades, de sustentação e divulgação de ideologias diversas.⁴

Com isso, a imprensa passa a desfrutar de um poder quase inabalável, tornando-se – com sua temível ubiquidade – um dos mais importantes instrumentos modernos de democratização. Para o bem ou para o mal, envolve-se com o poder constituído, com toda sorte de ideologias e com a cultura de modo geral. Logo, como não poderia deixar de ser, com a literatura e os literatos.

Assume, assim, nas sociedades modernas ou em vias de modernização, aquele papel insinuado pela célebre máxima de Burke, segundo a qual a imprensa se constituía, resolutamente, num indefectível *quarto poder*. Trata-se de um poder imediatamente reconhecido por todos que estão à sua volta, por todos aqueles que, com ela, estabelecem uma relação um pouco mais íntima, os quais, no Brasil, são representados por intelectuais e escritores de variado matiz. É o que demonstram as palavras de Rui Barbosa que, em conferência editada na Bahia em 1920, num libelo contra os abusos da imprensa e suas possíveis relações venais com o poder constituído, exprime bem o caráter ubíquo a que aludimos:

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que interessa, e se acautela do que a ameaça.⁵

Consciência semelhante acerca do poder da imprensa é revelada por muitas outras personalidades da época, seja nas crônicas mundanas de um Humberto de Campos⁶ ou um Filinto de Almeida;⁷ seja em passagens ficcionais de um João do Rio, para quem a imprensa é “uma grande força”⁸ ou de um Lima Barreto, para quem o jornal é “uma empresa de gente poderosa”,⁹ opiniões, aliás, emitidas por dois de nossos maiores jornalistas.

Essa mesma consciência, por fim, é demonstrada por Olavo Bilac, outro eminente jornalista, na célebre revista *Kosmos*: comentando a viagem do futuro presidente Afonso Pena pelo Brasil, o autor aproveita a oportunidade para falar a respeito da soberania do jornal sobre outros poderes, tecendo comentários peremptórios:

Quão vasto e profundo é o poder do jornal, quão tyrannico é o seu imperio, e quão implacavel é o seu despotismo (...) nas democracias modernas, o jornal é o Quarto Poder, um poder tão forte como os outros, e mais terrivel e tyrannico do que elles.¹⁰

⁴ MEDINA. *Notícia. Um produto à venda*. Jornalismo na sociedade urbana e industrial; MELO. *Sociologia da Imprensa Brasileira*; SODRÉ. *História da imprensa no Brasil*; CAPELATO. *Imprensa e história do Brasil*.

⁵ BARBOSA. *A imprensa e o dever da verdade*, p. 37.

⁶ CAMPOS. *Mealheiro de Agripa*.

⁷ ALMEIDA. *Colunas da noite*.

⁸ RIO. *A profissão de Jacques Pedreira*, p. 35.

⁹ BARRETO. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, p. 63.

¹⁰ BILAC. *Chronica*, p. 2.

Mas a relação que mais de perto nos interessa é aquela estabelecida entre a imprensa e a literatura, uma relação que se desdobra numa imbricada convivência entre o escritor e o jornal. Nesse sentido, pode-se afirmar sem receio que tal ligação irá desencadear uma série de conseqüências até então inimagináveis para o modo de produção literário do período, as quais, contraditoriamente, redundarão, primeiro, num maior prestígio do autor e numa mais profícua legitimação da estética academicista; e, segundo, num ininterrupto processo de degenerescência do academicismo literário.

De modo geral, a imprensa, desde seu princípio, sempre esteve envolvida com a linguagem literária de forma iniludível. Com efeito, como nos ensina Sylvain Auroux, desde o século V da nossa era até o século XIX, a cultura ocidental viveu uma espécie de ampla revolução técnico-linguística, que corresponde a um intenso processo de gramaticalização massiva; tal fato acabou criando uma rede de comunicação homogênea, centrada inicialmente na Europa, tendo sido condicionado, entre outras coisas, pela necessidade de uma política linguística que se prestava a pelo menos dois interesses: organizar e regular uma *língua literária* e desenvolver uma ação de expansão linguística. O aparecimento e desenvolvimento da imprensa, nesse contexto, com sua capacidade de multiplicação dos textos, contribuiu sobremaneira para que essa organização/regulação da língua literária tivesse êxito e, conseqüentemente, para que a revolução de que fala o autor pudesse tornar-se uma realidade.¹¹

No Brasil da passagem do século, a imprensa serviria, de modo análogo, à organização/regulação da linguagem literária, mas talvez de uma forma muito mais tendenciosa, isto é, buscando organizar e regular *um determinado tipo* de linguagem literária, justamente aquele que servia de base à consolidação da estética academicista. Então, os meios de comunicação impressa, sobretudo os de grande porte e de poder de influência imponderável, não estavam praticamente todos nas mãos dos acadêmicos? E a literatura acadêmica não tinha criado um vínculo com o jornalismo de tal modo intenso, que muitas vezes acabou-se confundindo com a própria imprensa, seja através do largo sucesso da crônica jornalística no meio literário, seja pela entrada de grandes jornalistas no “átrio sagrado” da Academia Brasileira de Letras? E os jornais e revistas mundanas, por fim, não serviam de palanque privilegiado – e discricionário! – para que os poetas e romancistas acadêmicos pudessem promover suas obras por meio de uma complexa rede de publicidade e autopromoção? Embora as tendências que emulavam a Academia também detivessem certo espaço na imprensa do período, é certo que se tratava de um espaço muito mais restrito, seja por se limitarem a periódicos pequenos e de “segunda categoria” (como ocorria com os autores de extração anarquista ou anarco-sindicalista, como Domingos Ribeiro Filho, José Saturnino de Brito, Pausílipo da Fonseca, Curvelo de Mendonça, Avelino Fóscolo, Lima Barreto, Afonso Schmidt, e outros), seja por adotarem como instrumento de difusão meios bastante restritos do ponto de vista estético (como ocorria com os autores simbolistas e decadistas, com seus periódicos de pouco alcance em relação à grande imprensa, de que são exemplos *Rosa-Cruz*, *Cenáculo*, e outros).

¹¹ AUROUX. *A revolução tecnológica da gramatização*.

Dessa forma, não se pode negar o vínculo bastante estreito que imprensa e literatura – particularmente a literatura academicista – estabeleciam, numa proveitosa troca de favores, resultado de uma evidente manifestação de *intercomunicabilidade* entre ambas as formações discursivas.¹²

ESCRITOR-JORNALISTA: PROFISSIONAL DA IMPRENSA

Vista quase sempre por uma ótica superlativa como “o mais elevado expoente do *snobismo* nacional”,¹³ para os pessimistas, ou “a mais importante criação dos tempos modernos”¹⁴ para os otimistas, a imprensa – essa vitrine consagradora dos literatos oficializados, como aludimos acima – define-se melhor a partir da *profissionalização* do escritor. Em outros termos, é por meio do processo de profissionalização que, no Brasil, a imprensa irá se consolidar e que a literatura irá se ajustar aos moldes acadêmicos. Resumidamente, o encontro entre literatura e imprensa, que se dá de modo flagrante no despertar do novo século, passa necessariamente pela transformação de escritor em profissional. Esse não é um processo fácil, imediato, sem consequências para a cultura nacional; ao contrário, trata-se de uma longa jornada que, a rigor, data dos primeiros anos do século XIX, quando a imprensa é trazida oficialmente ao Brasil pela corte de D. João VI; mas é durante a passagem do século que o processo vai-se adensar definitivamente, criando o escritor-jornalista, o profissional da escrita, o *homem de letras*, no sentido mais amplo do termo.

Há, em todo esse processo, um instante que pode ser detectado de maneira mais precisa, menos difusa: é exatamente a transformação do escritor-boêmio em escritor-profissional, do diletante das letras em operário das palavras, quando o escritor perde sua aura de leviano e errante para adquirir, entre orgulhoso e resignado, a aura de trabalhador. É, portanto, a partir desse momento que o autor passa a conviver com uma complexa rede de relações socioculturais, a qual comporta tanto elementos *fundamentais* (Academia, *Revista Brasileira*, etc.) quanto elementos *circunstanciais* (imprensa, salões literários, etc.) que se ligam, direta ou indiretamente, à estética academista.

Uma parcela considerável dos escritores do século XIX era composta por um grupo que podemos denominar, ainda que de forma pouco precisa, de *boêmios*. Eram, basicamente, os autores que pouco compromisso tinham com a sociedade burguesa, formada por uma classe média urbana que vivia cada vez mais dependente da burocracia estatal, de atividades ligadas à indústria ou ao comércio e, cada vez menos, associada a uma economia de origem patriarcalista e rural. Por isso mesmo, autores que viviam fora do âmbito familiar e aburguesado que caracterizava parte da sociedade carioca de fins do século:

¹² LAJOLO. *Jornalistas e escritores: a cordialidade da diferença*; LAJOLO; ZILBERMAN. *A formação da leitura no Brasil*; GOMES. *Bibliotecas e sociedade na Primeira República*.

¹³ AGUDO. *Pobre Rico!*, p. 77.

¹⁴ NEIVA. *Daqui e de longe...* Crônicas nacionais e de viagem, p. 97.

A boemia constrói um modelo simetricamente inverso à vida privada burguesa. Primeiramente por sua relação invertida com o tempo e o espaço: vida noturna, sem horários (...), de intensa sociabilidade tendo como palco a cidade, os salões, bares e avenidas.¹⁵

Tratava-se de autores que, alheios a regramentos diversos, sentiam-se comprometidos unicamente com o ideal artístico que propunha a literatura como atividade errante, sem regras definidas, desvinculada de qualquer padronização. Um ideal não totalmente isento de sacrifício, dadas as difíceis condições de vida da época; mas, ainda assim, um ideal. É nesse sentido que Aluísio Azevedo, um dos autores acadêmicos que vivera intensamente a passagem do escritor-boêmio para o escritor-profissional, reclama, num trecho de mau romance, do uso inconsequente que se faz do conceito de boêmio, ressaltando que ele, ao contrário, pressupõe “a ideia de sacrifício e de pungente esforço na conquista do ideal e do bello”.¹⁶

A imagem dos boêmios como um grupo operoso, marcado pelo sacrifício e premido pelas necessidades prosaicas da vida cotidiana, levaria alguns críticos a considerar a boemia brasileira – numa ótica inversa a que aqui adotamos para o tratamento do assunto – o resultado de um processo penoso de profissionalização do escritor. Para Brito Broca, por exemplo, teria sido até mesmo o jornalismo que, curiosamente, se alçara à categoria de verdadeiro responsável pela inauguração de uma vida boemia no Brasil, fazendo com que os até então bacharéis e burocratas passassem a viver de expedientes na imprensa. Nesse sentido, afirma o autor, “a boemia resultou (...), paradoxalmente, da valorização do trabalho intelectual nas duas últimas décadas do século”.¹⁷ Acreditamos, contudo, tratar-se de uma proposição parcial, necessitando ser, pelo menos, relativizada: se, por um lado, o jornalismo atuou – num primeiro momento – na proliferação de uma vida boemia mais ou menos extensa, por outro – num segundo momento – acabou incentivando a burocratização do escritor, cuja vida passa a ser regida pelo trabalho intenso, penoso, quase burocrático das redações de jornal. Como dissemos acima, de boêmio, errante da escrita, o escritor passa à categoria de jornalista, profissional da pena.

Para nós não teria sido a profissionalização do escritor que criara as condições necessárias ao desenvolvimento da boemia – ao menos daquela boemia “tradicional” de que estamos falando: descompromissada, irreverente e errante –, mas esta que, ao findar, teria proporcionado o surgimento definitivo do profissional da escrita, um profissional indelevelmente vinculado à imprensa. O próprio Brito Broca reconhece que, na passagem do século, época áurea do jornalismo, a boemia sofre uma nítida “conversão burguesa” e o escritor torna-se um “homem sério”.¹⁸

Assim, a decadência da boemia marca a ascensão do escritor profissional, do jornalista confesso, do plumitivo de ofício. E marca, também, seu paulatino aburguesamento, de que são exemplos as figuras de um Coelho Neto, um Aluísio Azevedo,

¹⁵ PERROT. *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra, p. 295.

¹⁶ AZEVEDO. *A Condessa Vesper*, p. 302

¹⁷ BROCA. *Naturalistas, parnasianos e dacadistas*. Vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo, p. 320.

¹⁸ BROCA. *Escrita e vivência*, p. 173/177; BROCA. *A vida literária no Brasil*. 1900.

um José do Patrocínio e muitos outros. A boemia – que nunca fora completamente incompatível com o jornalismo – vai perdendo cada vez mais terreno para uma atividade que se profissionaliza a passos largos, como comprova o caso singular do jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio:

O *Cidade do Rio* assinala, na verdade, a última ação da boemia imperial, uma geração que já se havia aburguesado na República e, de um ponto de vista literário, deve ter boa compostura para aspirar a uma cadeira no cenáculo das letras – a Academia Brasileira, cujo presidente, Machado de Assis, distingue os homens sérios dos boêmios.¹⁹

O ambiente descompromissado da boemia é substituído pelo ambiente sisudo e austero da Academia, que, como estamos procurando mostrar, tinha no jornalismo – de onde tirava seus pares e com o qual estabelecia uma relação de mútuo favorecimento – um de seus principais sustentáculos. Com a ascensão do jornalismo como profissão mais definida, há uma mudança de comportamento que separa, sugestivamente, o boêmio do profissional, fazendo com que aqueles que não conseguissem se adaptar ao novo estilo de vida fossem marginalizados ou passassem a viver de outros expedientes que não o literário (Lima Barreto, Paula Nei, Bastos Tigre, Patrocínio e outros).

Já bastante enfraquecida, em função do jornalismo, e, no seu rastro, da literatura “profissional”; de uma nova fórmula de extravagância literária, qual seja a “boemia dourada” dos salões mundanos; das inúmeras transformações sociais provocadas pelo processo de desenvolvimento urbano da Capital Federal, a boemia “tradicional” sofre seu golpe de misericórdia durante o governo Floriano Peixoto, tido por quase todos os intelectuais da época e críticos posteriores como o verdadeiro “destruidor da boemia literária no Brasil”²⁰

Desse modo, a passagem do século XIX para o XX marca, como em nenhuma outra época de nossa história literária, a institucionalização de uma estética por meio da afirmação profissional de escritores-jornalistas que – sediados em instituições de peso, como alguns órgãos da imprensa e a Academia – agiam no duplo sentido de prestigiar a profissão de jornalista e valorizar a atuação do escritor. As palavras de Machado Neto resumem, de maneira exemplar, a ideia:

Nessa época é que se podia ainda dizer que não havia sequer a profissão do escritor, especialmente quando a afirmação partia de jovens da geração boêmia dos fins do século, contemporânea das lutas da abolição e da república. Depois que essa geração assumiu a vigência intelectual e social de seu tempo e consagrou essa vigência na institucionalização da profissão intelectual através da criação da Academia Brasileira de Letras, não há como negar que essa profissão já estava socialmente aceita e acatada, em particular, por meio do prestígio social que o escritor obteve através do jornalismo, em que pesem o imenso trabalho e os poucos ganhos que ela representava.²¹

¹⁹ BAHIA. *Jornal, história e técnica*. História da imprensa brasileira, p. 149.

²⁰ CAMPOS. *Crítica*. Segunda série, p. 186; MENEZES. *A vida boêmia de Paula Nei*; PONTES. *A vida inquieta de Raul Pompéia*; VELLOSO. *Modernismo no Rio de Janeiro*: Turunas e Quixotes.

²¹ MACHADO NETO. *Estrutura social da República das Letras (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira. 1870-1930)*, p. 81.

Nem a imprensa nem a Academia – esta ainda mais seletiva do que aquela – se constituíam num espaço apropriado à boemia literária, prestigiando, antes, o trabalho “sério”, empenhado e responsável dos escritores. Há, contudo, raros registros na historiografia literária brasileira de autores que viveram exclusivamente de seu trabalho literário, mantendo-se de acordo com um padrão de vida minimamente aceitável. Em geral, e isso desde os primórdios da atividade literária, os autores eram obrigados a se dedicar a outras tarefas, principalmente àquelas ligadas à política, à educação ou à administração pública. A literatura era uma atividade circunstancial, situação que se agravava pelo fato de não haver, durante todo o século XIX e parte do XX, qualquer espécie de proteção aos direitos autorais. Viver da pena – e, assim mesmo, em condições que deixavam a desejar – começa a ser possível apenas com o regime republicano e a entrada do novo século, quando algumas condições essenciais à consolidação da profissão de jornalista se impõem: desenvolvimento e expansão da imprensa, criação de associações e sindicatos ligados à atividade editorial, ascensão social do escritor etc. Para muitos autores, portanto, a atividade literária fora vista, durante muito tempo, como um autêntico passatempo, situação que só começa a mudar com a proliferação dos *anatolianos*, verdadeiros polígrafos-profissionais da Primeira República.²²

ENTRE A LITERATURA E O JORNALISMO

O mais importante para nós, contudo, é que, com a profissionalização do autor, incentivada pelo jornalismo, criaram-se condições institucionais para o desenvolvimento do academicismo. De fato, são os acadêmicos os primeiros autores a ocuparem os melhores espaços na grande imprensa da época, difundindo seus ideários éticos e estéticos; são eles também que usam o jornal como instrumento de publicidade de suas obras; são, enfim, aqueles que combatem, pelas páginas dos jornais, obras e autores que rivalizavam com a literatura academicista. A par disso, há indícios seguros da estreita relação entre a literatura oficial e a imprensa, de cuja familiaridade a obra *O momento literário*, de João do Rio, pode ser tomada como um indicativo. Analisando as respostas dos intelectuais brasileiros – praticamente todos ligados, direta ou indiretamente, à Academia – à pergunta estratégica que o célebre cronista fez a eles (“O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?”), chegamos um resultado bastante sintomático do que ocorria no período: dos 37 entrevistados, 19 (51,3%) responderam tratar-se de um fator *positivo*, oito (21,7%) optaram por um indefinido *meio termo* e 10 (27%), por considerá-lo *negativo*. E alguns chegam mesmo ao exagero de afirmar, como é o caso do acadêmico Sílvio Romero, que o jornalismo pode ser considerado “o animador, o protetor, e, ainda, o criador da literatura brasileira”²³

Não temos dúvida, diante desse quadro, de que o jornalismo deva ser considerado uma importante instância legitimadora do academicismo literário no Brasil, a despeito

²² MICELI. *Poder, sexo e letras na República Velha* (Estudo Clínico dos Anatolianos); JÚNIOR, Álvaro Santos Simões. *A literatura civilizada da República*; LUCAS. *O caráter social da ficção do Brasil*.

²³ RIO. *O momento literário*, p. 50.

das poucas ressalvas que podem ser feitas a esse respeito. Assim, a incidência do jornalismo sobre a literatura do período – particularmente, sobre a literatura academicista – é tamanha, que alguns críticos e estudiosos do assunto não hesitam em propor até mesmo uma reformulação da historiografia literária pré-modernista, a partir da consideração da remodelação técnica relacionada à profissionalização do escritor:

Pensando no confronto que se esboça, de fins do séc. XIX à década de 20, entre a produção cultural e horizonte técnico em formação, é possível imaginar uma outra forma de definição do período literário em questão. E que leve em conta as transformações na percepção de autores e leitores citadinos e no modo de produção cultural, em sintonia com uma incipiente profissionalização, sobretudo via imprensa, para os homens de letras.²⁴

Além das já aludidas acima, as consequências concretas dessa ligação estreita entre jornalismo e academicismo eram visíveis, todas elas resultando na sua consolidação como estética vigente na passagem do século: alargamento do público leitor, prestígio social e reconhecimento dos autores acadêmicos, expansão das possibilidades profissionais do escritor, aumento de sua influência no contexto político republicano, etc.²⁵ Aliás, particularmente a respeito desse último item, não é necessário acurado exercício reflexivo para concluir que a estética acadêmica foi sendo paulatinamente incorporada pelos grupos políticos institucionalizados, com os quais estabelecia uma duvidosa relação de troca de favores, o que, por conseguinte, acabava justificando sua natureza oficializada.

Assim, essa “literatura oficial” surge umbilicalmente ligada à noção estrita de poder político, a um só tempo influenciando e sendo influenciada por ele. Essa é uma tradição, aliás, que não diz respeito apenas ao Rio de Janeiro do período, mas a todas as grandes cidades latino-americanas que, a partir de meados do século XIX, conheceram uma verdadeira reviravolta cultural, com a literatura cada vez mais servindo de “alavanca de ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros de poder”.²⁶

É por isso que, se por um lado, a profissionalização do escritor contribuiu para sua emancipação, por outro, ela o atrela ao poder constituído, tornando-o, de certo modo, dependente da esfera político-administrativa. É por isso também que se pode dizer tratar-se de um processo de profissionalização às avessas, uma profissionalização que nasce como imperativo da emancipação do escritor e termina, não poucas vezes, com seu atrelamento às esferas do poder político constituído. Mas se essa é uma espécie de profissionalização às avessas, em que o trabalho do escritor serve, antes, como mediador de uma relação profissional de outra natureza, administrativa ou política, o mesmo não se pode dizer da estrita profissionalização do escritor, processo por meio do qual o autor procura passar de um estágio de *amador da pena* para uma categoria em que é socialmente reconhecido como um *profissional da escrita*.

²⁴ SÜSSEKIND. O figurino e a forja, p. 34.

²⁵ SÜSSEKIND. *Cinematógrafo de letras*. Literatura, técnica e modernização no Brasil.

²⁶ RAMA. *A cidade das letras*, p. 80; CARVALHO. Aspectos histórico do pré-modernismo brasileiro; MACHADO NETO. Estrutura social da República das Letras (Sociologia da vida intelectual brasileira. 1870-1930); SEVCENKO. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.

Não há dúvida de que o desenvolvimento da imprensa a partir das últimas décadas do século XIX foi o principal fator responsável por esse fenômeno. Com efeito, é no diálogo – ora tenso, ora amigável – entre imprensa e literatura que podemos situar os primeiros passos de uma efetiva profissionalização do escritor, capítulo essencial da história da literatura do período e que traz em seu bojo personalidades como as de Coelho Neto (considerado por alguns o primeiro autor a receber remuneração sistemática por sua atuação como escritor), Olavo Bilac, Humberto de Campos, Lima Barreto e muitos outros. E é nessa época, de fato, que o escritor passa a ter uma atuação mais incisiva e frequente nos órgãos de imprensa, o que expande consideravelmente suas possibilidades – até então limitadas – de profissionalização.

Evidentemente, a expansão profissional do escritor gerava toda sorte de conflitos e possibilitava diversas distorções éticas, uma vez que o poder de que estava imbuído, quando tornado um profissional reconhecido na imprensa, podia ser facilmente empregado no sentido de estabelecer vínculos espúrios, como ocorria nas relações entre escritor e governo, conforme aludimos acima. Mas tais distorções podiam ser menos complexas e/ou políticas, podendo-se manifestar como simples desonestidade profissional por parte do escritor-jornalista, como pode ser entrevisto nas repetidas críticas que Lima Barreto faz aos profissionais da imprensa, nas suas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909). É Lima Barreto, aliás, quem emerge como uma nobre exceção nesse meio, destacando-se como um exemplar profissional da escrita, seja por seu rigoroso senso de justiça, seja por sua invejável independência.

Da dolorosa ambiguidade forjada na relação tensa entre emancipação e dependência, entre liberdade profissional e subordinação, nasce uma visão extremamente pessimista do profissional das letras (literato e/ou jornalista), que muitos intelectuais da época não hesitaram em expor de modo pateticamente perverso. Personagem instigante dessa história de muitas lacunas é a figura de Humberto de Campos, escritor copioso que, desde cedo, aliou com êxito incomparável literatura e jornalismo: tendo começado sua carreira literária como poeta, dedicou-se com afincamento à crônica jornalística, sendo capaz de escrever uma mesma história em duas versões, uma “verdadeira”, isto é, jornalística, outra ficcional. Encarnou, como nenhum outro autor, a profissão de escritor durante as primeiras décadas do século XX, vivendo, contudo, sob o peso de uma dubiedade profunda: vive da pena, mas reclama de ter de vender seus escritos; vê-se como um profissional explorado pela imprensa, ao mesmo tempo que não considera a literatura uma profissão no sentido rigoroso da palavra; dedica-se, de boa vontade, toda a vida a esse trabalho, a ponto de se considerar um “operário da pena” e um “proletário intelectual”, mas lamenta, já no fim da vida, ter-se tornado uma espécie de escravo da escrita. Tratava-se, no final das contas e a despeito de seu reconhecido sucesso como escritor, de uma visão pessimista da profissão, em que se misturavam muito de desilusão, arrependimento, mágoa e impotência, sentimentos resumidos nesse consternado desabafo, norteados por angustiantes interrogações:

Não ha, na minha vida, ambição maior (...) que a de escrever obras que se tornem úteis aos homens de hoje e fiquem na memória dos homens de amanhã. Como poderei eu, porém, fabricar um móvel majestoso e sólido, se na minha existência de carpinteiro das letras eu tenho de pôr á venda, cada manhã, no mercado, a táboa que aplainei á noite?

Como poderei escrever um romance forte, um trabalho de meditação ou de observação, se tenho de vender, a retalho, as ideias miúdas que me vêm, e se não ha compradores na praça para as outras de maior porte? Que aspiração póde alimentar, ainda, um escritor cujas ilusões caíram todas, e morreram, como pássaros, na gaiola da realidade, e que tem de ralhar diariamente com o cérebro por ordem imperiosa do estômago?²⁷

Afirmações como essa estendem-se como um interminável rosário de lamentações contra o profissional das letras, tivesse ele a ambição de se afirmar apenas como escritor ficcional ou de emergir como um jornalista de profissão, no cenário nacional. Assim, Humberto de Campos não hesita em categorizar os jornalistas e os escritores de modo geral como pertencentes à família dos intelectuais “condenados à pena da pena”,²⁸ como trabalhadores “condenados às galés da tinta e da pena”,²⁹ como soldados de trabalho “anônimo e desconhecido”,³⁰ como profissionais humilhados pela miséria ou publicistas levados a violentar o próprio pensamento.³¹

Com algumas exceções, aliás, a visão pessimista da profissão de escritor parece ser uma das marcas da época: Antônio Torres lamentava, em carta ao amigo Gastão Cruls, o fato de a remuneração pelo trabalho do escritor ser demasiadamente baixa;³² Coelho Neto descreve, num romance calcado na realidade, a impotente irritação de Aluísio Azevedo diante da mesma atividade;³³ num poema publicado no *Diário da Bahia*, em que mescla sátira e desilusão, o escritor baiano Aluísio de Carvalho reclama da penúria em que se encontram aqueles que se dedicam às letras num país onde os livros não têm valor;³⁴ Filinto de Almeida, em crônica escrita para *A Noite*, lastima o fato de o escritor não conseguir se sustentar com o fruto de seu esforço, enquanto editores, donos de jornal, livreiros e outros lucram com o trabalho alheio.³⁵ Todos esses sentimentos em relação ao difícil processo de profissionalização do escritor no Brasil, exemplarmente resumido por Humberto de Campos no excerto acima transcrito, encontravam nas palavras sugestivas de uma personagem de Benjamim Costallat – a qual, não por acaso, era um escritor sem sucesso – uma síntese emblemática:

Para todos nós, que vivemos do nosso cerebro, mesmo que não o tenhamos de ouro, não são estranhos os suplicios do homem que arrancava de seu craneo, até não poder mais, os ultimos filamentos preciosos de metal. Se ha uma profissão triste é a nossa. Se ha uma arte soturna é a que praticamos. O pintor trabalha ao ar livre. O esculptor assobia com o buril na mão. O musico canta quando compõe. O escriptor não faz nada disso. Elle se vê só, comsigo mesmo, deante de uma porção de folhas rabiscadas, que voam e que allucinam.

²⁷ CAMPOS. *Os párias*, p. 20.

²⁸ CAMPOS. *Os párias*, p. 45.

²⁹ CAMPOS. *Sepultando os meus mortos (crônicas)*, p. 61.

³⁰ CAMPOS. *Crítica*. Segunda Série, p. 23.

³¹ LEBERT. *Humberto de Campos*.

³² CRULS. Antônio Torres e seus Amigos (Notas Bio-Bibliográficas seguidas de Correspondência).

³³ NETO. *A conquista*.

³⁴ ALVES. *Poesia e vida literária na Bahia de 1890 a 1915*.

³⁵ ALMEIDA. *Colunas da noite*.

E se enerva e se exaspera! Vive sem alegria, enterrado entre livros e entre borrões de tinta, enquanto, lá fóra, o dia é lindo, ha gente nas praias e o sól faz maravilhas sobre o mar! (...) Não gozamos as bellas noites. O nosso luar é a lampada da nossa mesa. E sob a sua luz, queimamos uma vida inteira, os olhos e a sensibilidade, para arrancar do cerebro, senão ouro, pelo menos sangue!³⁶

Com igual propriedade, outros autores reclamavam – por motivos diversos – da profissão de escritor e/ou jornalista: de Aluísio Azevedo a Malheiro Dias, de Lima Barreto a Gonzaga Duque, de Rodrigo Octávio a Olavo Bilac. Tal pessimismo, contudo, não retirava a capacidade de o jornalismo se afirmar como uma autêntica instância legitimadora do academicismo, já que, em meio a críticas e descrenças, o profissional das letras mostrava-se cada vez mais cioso dessa sua relação com a imprensa, já que ela resultava em claros benefícios para sua carreira e para a institucionalização da estética que professava. Por essa mesma razão, o jornalismo acabou sendo tomado, por alguns intelectuais do período, como um dos mais influentes elementos que concorreram para as transformações sofridas pela cultura literária da época.

Evidentemente, essa afirmação não pode ser tomada como uma máxima absoluta, e o próprio fato de se envolver a profissão de escritor por uma aura de pessimismo já é um indicativo de que nem sempre o jornalismo era visto como uma instância legitimadora absoluta, senão do academicismo, da própria literatura. Por isso, se num primeiro momento o jornalismo atuava como instância de legitimação do escritor academicista, num segundo, passou a agir, antes, como instância demolidora dessa estética, por conta de seu inesperado esvaziamento formal. Assim, uma atividade que, a princípio, surgia como tábua de salvação da literatura nacional – sobretudo pelas facilidades em termos de divulgação literária e profissionalização do escritor, que proporcionava – afirma-se, a certa altura, como um fenômeno supra-artístico, tornando a expressão literária dependente da linguagem jornalística.

Esse desvio da atuação do jornalismo acabou tendo consequências diversas para a literatura, fazendo com que o escritor passasse a obedecer muito mais às condições de recepção das obras, regida pelo gosto da média dos leitores, do que a seus interesses ficcionais mais profundos. Nesse sentido – mas apenas nesse sentido – pode-se dizer que a incidência do jornalismo sobre a literatura acabou promovendo uma espécie de padronização da narratividade literária e, por extensão, uma queda acentuada de sua qualidade artística. Ora, por mais negativo que possa ser semelhante diagnóstico do papel desempenhado pelo jornalismo sobre a literatura da época, não se pode negar que, ainda assim, o resultado final é alentador para a institucionalização do academicismo literário, e por motivo bastante simples: se nos perguntássemos a que tipo de estilo se referia a crítica da época e posterior, quando apontava para sua degenerescência, certamente chegaríamos à conclusão de que se tratava do único que realmente importava no período, o estilo dos escritores acadêmicos. Portanto, reconhecer a paulatina corrupção da narrativa acadêmica é, numa perspectiva mais pragmática, reconhecer a própria vigência da estética academicista, além de instituí-la como a

³⁶ COSTALLAT. *Gurya*, p. 142.

única literariamente válida para o período, aquela cujo abastardamento os autores deveriam lamentar. Do ponto de vista institucional, o resultado dessas críticas acabou sendo, paradoxalmente, o próprio fortalecimento da estética academicista, até por uma reação contrária ao processo de corrupção da ficção vigente, promovida por aqueles que mais interesse tinham na sua manutenção, os próprios acadêmicos. Cria-se, assim, uma espécie de ânsia pela diferenciação estética, colocando no âmbito do artístico – em franca oposição à suposta má literatura fomentada pelo jornalismo – toda a produção acadêmica, como aliás já salientou Flora Süssekind, ao estabelecer um curioso paralelo entre a ficção literária e os processos técnicos caros à imprensa, como a ilustração:

Daí a obsessão por um vocabulário rico, por uma redação enfática, ornamental, pela dramatização retórica do narrado. Como uma espécie de resistência pela ênfase, pela superornamentação e pelo preciosismo verbal frente ao privilégio crescente da ilustração (...) nos primeiros tempos do século XX (...) a opção pelos ornamentos retóricos foi uma das formas mais freqüentes com que se tentou delimitar o campo do “literário”, do “artístico” em oposição aos processos técnicos de produção e difusão de imagens e vozes.³⁷

No final das contas, até mesmo quando o jornalismo começa a despontar como uma categoria discursiva avessa aos padrões estéticos vigentes, acaba beneficiando-os indiretamente, pela reação que se forja entre os acadêmicos e, conseqüentemente, pelo fortalecimento da estética academicista na cultura da época.

Se houve alguma consequência mais negativa sobre o academicismo, por parte da imprensa, ela ocorreu, como já sugerimos antes, num segundo momento, quando a estética acadêmica já vivia os seus estertores e a narrativa jornalística foi alçada à categoria de linguagem modelar para a expressão literária modernista. Por isso, a relação entre escritores e o jornalismo na virada do século pode ser considerada uma relação dialética: se, por um lado, o jornalismo contribuiu para a conscientização do papel social e político do escritor, para a sua valorização intrínseca, para a aglutinação de seus pares em torno de um ideal profissional – circunstâncias propícias à consolidação de uma *atmosfera academicista*, por outro, colaborou com a difusão de ideias e atitudes contrárias, em certo sentido, a esse mesmo academicismo, promovendo uma escrita ágil e lacônica, pouco elaborada enquanto forma artística acadêmica, mas muito próxima de ideais modernizantes. Mas a síntese são, no final, os benefícios que direta ou indiretamente o jornalismo acabou trazendo à estética academicista.

Por isso, pode-se dizer ainda que a constituição da estética academicista dá-se por meio de uma inversão: é o desenvolvimento da escrita jornalística que força uma diferenciação da escritura acadêmica, a qual se torna mais rebarbativa, mais estilizada, mais artesanal. Daí o fato de muitos escritores procurarem diferenciar, deliberadamente, seu processo de escrita, escrevendo parnasianamente para a Academia e “jornalisticamente” para o periódico cotidiano, efeito muitas vezes alcançado por um Coelho Neto, um Olavo Bilac, um João do Rio ou um Humberto de Campos.

Desse modo, não foram poucas as críticas que muitos escritores fizeram, sobretudo os próprios acadêmicos, contra o que consideravam um processo de depauperação da

³⁷ SÜSSEKIND. *Cinematógrafo de letras*. Literatura, técnica e modernização no Brasil. p. 37/57.

linguagem literária promovido pelo jornalismo. Dessa crítica, nasce a consciência de uma substancial transformação sofrida pela literatura, principalmente no que se refere à linguagem literária que, como sugerimos, deixa de ser trabalhada com constância, perseverança e vagar, para ser talhada sob o ritmo das rotativas e dos linotipos. Trata-se, em última instância, de uma transformação na própria concepção de gênero literário, que deveria deixar de ser prolixo como o romance ou metafórico como o poema, para ser sintético e prosaico como a crônica.³⁸ Humberto de Campos, por exemplo, um acadêmico modelar, reclama da substituição do romance bem talhado pela crônica ligeira dos jornais;³⁹ Elysio de Carvalho expõe uma visão demasiadamente severa do trabalho jornalístico, afirmando ser este último “a sepultura do talento e inimigo da arte”;⁴⁰ Pedro Couto, num tom semelhante, opina ser o jornalismo um fator que “aniquila boas vocações literárias”;⁴¹ João Ribeiro, finalmente, aponta para a total incompatibilidade entre a literatura e o jornalismo.⁴²

Críticas apocalípticas, é verdade, que até traziam em seu bojo uma espécie de despeito diante do sucesso da imprensa escrita, mas que, sem dúvida alguma, redundavam, praticamente, numa mais categórica afirmação do “verdadeiro” caráter artístico da estética academicista, única considerada, nesse contexto de mágoas e disputas, literariamente válida. É por isso que, com a expansão dos gêneros literários ligados ao jornalismo, com as modificações sofridas pela narrativa “tradicional” e com os embates em favor de uma volta ao artesanato ficcional, assiste-se à definitiva afirmação de uma *dicção academicista*, ligada à retórica empolada, “séria”, verdadeiramente “artística”, em oposição à linguagem demasiadamente prosaica e superficial dos periódicos mundanos.

Finalmente, renegados pelos acadêmicos como expressões literárias menores e subalternas, os gêneros instaurados pela imprensa – a reportagem, a entrevista, o folhetim, mas sobretudo a crônica – acabaram sendo incorporados, posteriormente, pela própria Academia, a partir da eleição de João do Rio em 1910, embora ainda se esboçasse resistência a essa escolha, optando-se por manter certa fidelidade aos modelos mais tradicionais, como o romance e o soneto. Tal incorporação – como a corroborar a capacidade do academicismo literário de se autopromover por meio da imprensa e seus defensores – resultou na valorização da crônica jornalística como expressão autenticamente literária, quando o próprio jornalismo alcança o estatuto de *gênero literário*.⁴³

O que, a princípio, era antiliterário, acabou oficializando-se; e a Academia, outrora no fogo cruzado das vaidades literárias, mais uma vez saiu prestigiada...

³⁸ CRESPO. *Crônicas e outros registros: flagrantes do pré-modernismo (1911-1918)*; OLIVEIRA. *Revistas em revista... imprensa e práticas culturais em tempos de República. 1890-1922*.

³⁹ CAMPOS. *Crítica*. Segunda Série.

⁴⁰ CARVALHO. *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira*, p. 121.

⁴¹ Citado por RIO. *O momento literário*, p. 120.

⁴² RIBEIRO. *O fabordão*.

⁴³ LIMA. *O jornalismo como gênero literário*; OLINTO. *Jornalismo e literatura*.

O JORNALISMO COMO INSTÂNCIA DE CONSAGRAÇÃO LITERÁRIA

Tanto a visão pessimista em relação à profissionalização do escritor via imprensa, que alguns autores expressaram em seus escritos, quanto a ideia, bastante difundida, de uma eventual incompatibilidade entre jornalismo e literatura sugerem, em certa medida, um argumento contrário ao que vimos expondo desde o princípio: o de que a imprensa não teria atuado como instância legitimadora da estética academicista. Essa ideia, contudo, carece de maiores fundamentos, pela própria evidência de alguns fatos irretorquíveis, sobretudo a importância que o jornalismo adquiriu ao servir de ponto de apoio à literatura academicista, atuando como elemento propulsor da venda de livros, como palanque para a divulgação do ideário estético acadêmico, como possibilidade real de emprego aos membros da Academia, como tribuna privilegiada para combates a posicionamentos ideológicos antiacadêmicos, como espaço de sociabilidade literária, como ambiente propício à diferenciação entre gêneros supostamente “artísticos” e “não artísticos”. Da parte do jornalismo, essa relação de cumplicidade entre imprensa e academicismo foi igualmente vantajosa, na medida em que favoreceu a expansão das grandes folhas e revistas, em parte devido à presença de autores de renome em seu corpo de redatores. Nesse sentido, a ligação entre jornalismo e literatura, na passagem do século, foi uma via de mão dupla, em que, a um só tempo, ambas as instâncias consagravam, consagrando-se.

O jornalismo foi, assim, um dos grandes estimuladores da atividade literária no Brasil desse período, como, aliás, já se afirmou mais de uma vez:

Em que pesem os riscos de uma certa dispersão e de um certo aligeiramento tanto da expressão como das idéias, que o contato diuturno com o público fatalmente acarreta, não há como negar que o jornalismo literário (...) foi a infra-estrutura que possibilitou o maior desenvolvimento da vida intelectual – sobretudo da vida literária – de então.⁴⁴

Tal estímulo resulta, principalmente, do processo de consagração do escritor acadêmico, desencadeado pelo jornalismo: presente em quase todos os momentos da evolução pronunciada da imprensa na virada do século, o escritor acadêmico acabou colhendo os bônus dessa hiperexposição na mídia, tornando-se, de uma hora para outra, uma figura conhecida, respeitada e prestigiada no meio cultural brasileiro. Contudo, semelhante processo, do ponto de vista da constituição de um cânone literário nacional, parece ter sido falacioso, pois personalidades como as de Coelho Neto, Humberto de Campos, João do Rio, Afrânio Peixoto, Félix Pacheco, Guilherme de Almeida, Amadeu Amaral, Goulart de Andrade, Xavier Marques e outros, alguns dos quais ocupavam quase que completamente os espaços oferecidos pela imprensa, adquirindo uma fama que se assentava, muitas vezes, num êxito efêmero, acabando, de certo modo, esquecidos pela historiografia literária mais recente, logo que seus nomes foram desaparecendo do periodismo da época.

⁴⁴ MACHADO NETO. Estrutura social da República das Letras (sociologia da vida intelectual brasileira. 1870-1930), p. 90.

Ainda que momentânea, não deixa de ser uma consagração, o que, da perspectiva de uma sociabilidade artística, é imprescindível para a sobrevivência literária do escritor. Dessa consagração – vale dizer, dessa sociabilidade difusa – dependia, por exemplo, o êxito alcançado por alguns dos mais conceituados polígrafos, que, trabalhando para a imprensa num ritmo infrene, erigiram uma obra ficcional de quase inabalável reputação na época, como sugerem as palavras de Sérgio Miceli, ao problematizar essa relação entre os escritores e o jornalismo:

Para se compreender em que consistiu a produção típica de um polígrafo, é preciso saber que tal produção responde a demandas precisas, a encomendas que fazem as instâncias dominantes da produção cultural. A expansão da imprensa modifica a relação que os produtores mantêm com suas obras, uma vez que ela expropria os produtores do monopólio que detinham sobre seus instrumentos de produção e, ao mesmo tempo, modifica a própria estrutura das instâncias de consagração e o volume e as espécies de lucros daí derivados. O êxito e a consagração não são mais concedidos às obras ‘raras’ de um produtor individual, mas sim aos grupos de produtores associados em empreendimentos intelectuais coletivos (jornais etc.) que tendem a se tornar ao mesmo tempo as principais instâncias de consagração. Ao consagrarem os escritores que lhes são dedicados, estas instâncias se autoconsagram, vale dizer, tendem a impor o primado da instância sobre o produtor.⁴⁵

Fica clara, a partir das palavras acima transcritas, a atuação da imprensa como instância consagradora do academicismo literário e sua capacidade de valorização e prestígio do escritor que professava esse credo estético.

Essa era, aliás, uma consciência que os próprios acadêmicos, mas também outros autores – que viam no jornalismo uma possibilidade real de se lançarem e se consolidarem socialmente como escritores de sucesso, isto é, como autores consagrados – possuíam. Na opinião de Gilberto Amado, por exemplo, o jornalista exercia, naquela época, um verdadeiro “pontificado da consagração”;⁴⁶ opinião análoga pode ser encontrada no acadêmico Machado de Assis, para quem o jornal tem a vantagem de “dar uma posição ao homem de letras”;⁴⁷ finalmente, Olavo Bilac, outro acadêmico de renome, ao fazer um diagnóstico de sua geração e falando sobre a função de jornalista exercida por ele e seus companheiros, afirma peremptoriamente que “não era dinheiro o que queríamos: queríamos consagração”.⁴⁸

Assim, a imprensa de modo geral e, em particular, o jornalismo e a profissão de jornalista passam a funcionar como suporte destinado à ascensão, prestígio e reconhecimento social do escritor. Atuam, enfim, como elementos legitimadores dos autores e da literatura acadêmicos, contribuindo para maior proliferação do ideário ético e estético academicista. Apesar das ressalvas que aqui fizemos a respeito da ligação entre a imprensa e a estética academicista (a visão pessimista do profissional, o esvaziamento da forma acadêmica, etc.), o resultado final parece ter sido benéfico aos escritores acadêmicos, já que a imprensa os colocaria, assim como à estética por eles

⁴⁵ MICELI. *Poder, sexo e letras na República Velha* (estudo clínico dos anatolianos), p. 74.

⁴⁶ AMADO. *A chave de Salomão e outros escriptos*, p. 108.

⁴⁷ ASSIS. *O jornal e o livro*, p. 943.

⁴⁸ BILAC. *Ironia e piedade*, p. 9.

adotada, no centro da produção artística do período, acima de todas as outras práticas literárias, e tornaria a literatura academicista a expressão artística por excelência da passagem do século.

Com o auxílio indispensável do jornalismo, o academicismo literário assume, portanto, a vigência ética e estética na cultura brasileira pré-modernista.



ABSTRACT

The present article analyses the cultural context of Brazilian pre-modernism, and points out to two aspects of it: the writer professionalization, and its relationship with the journalism. The present article analyses the premodernist Brazilian Literature, and reveals some aesthetic and literary aspects of Brazilian Literature on the turn-of-the-century.

KEYWORDS

Premodernism, Brazilian Literature, journalism, aesthetic

REFERÊNCIAS

- AGUDO, José. *Pobre rico!* São Paulo: O Pensamento, 1917.
- ALBERT, P; TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ALMEIDA, Filinto de. *Colunas da noite*. Paris: Truchy-Leroy, 1931.
- ALVES, Lizir Arcanjo. *Poesia e vida literária na Bahia de 1890 a 1915*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986 (Dissertação de Mestrado).
- AMADO, Gilberto. *A chave de Salomão e outros escriptos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.
- ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: _____. *Miscelânea. Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 943-948. v. III.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.
- AZEVEDO, Aluísio. *A Condessa Vesper*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1937.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. História da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1990.
- BARRETO, Lima. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Garnier, 1990.
- BILAC, Olavo (sob o pseudônimo de O. B). *Chronica. Kosmos*, Rio de Janeiro, n. 5, maio 1906.
- BILAC, Olavo. *Ironia e piedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921.
- BOIVIN, Émile. *Histoire du journalisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil*. 1900. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

- BROCA, Brito. *Naturalistas, parnasianos e dacadistas*. Vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo. Campinas: Unicamp, 1991.
- BROCA, Brito. *Escrita e vivência*. Campinas: Unicamp, 1993.
- CAMPOS, Humberto de. *Os párias*. São Paulo: José Olympio, 1933.
- CAMPOS, Humberto de. *Mealheiro de Agripa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- CAMPOS, Humberto de. *Crítica*. Segunda série. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- CAMPOS, Humberto de. *Sepultando os meus mortos (crônicas)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CARVALHO, Elysio de. *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.
- CARVALHO, José Murilo de. Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro. In: _____. *et al. Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 13-21.
- COSTALLAT, Benjamim. *Gurya*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [s.d.].
- CRESPO, Regina Aida. *Crônicas e outros registros: flagrantes do pré-modernismo (1911-1918)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1990
- CRULS, Gastão. *Antônio Torres e seus Amigos (Notas Bio-Bibliográficas seguidas de Correspondência)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.
- GOMES, Sônia de Conti. *Bibliotecas e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- JÚNIOR, Álvaro Santos Simões. A literatura civilizada da República. In: ANAIS DO QUARTO CONGRESSO DA ABRALIC, São Paulo, Edusp, ago. 1994, p. 57-60.
- LAJOLO, Marisa. *Jornalistas e escritores: a cordialidade da diferença. Projeto Memória de Leitura*, Unicamp, Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria>>. Acesso em: 01. mar. 2000.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- LEBERT, Maria de Lourdes. *Humberto de Campos*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.].
- LEUENROTH, Edgard. *A organização dos jornalistas brasileiros. 1908-1951*. São Paulo: Com-Arte, 1987.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. São Paulo: Com-Arte/Edusp, 1990.
- LUCAS, Fábio. *O caráter social da ficção do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira. 1870-1930)*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1973.
- MARTIN, Marc. *Médias et journalistes de la République*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia. Um produto à venda*. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.

- MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MENEZES, Raimundo de. *A vida boemia de Paula Nei*. São Paulo: Martins, 1944.
- MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha* (estudo clínico dos anatolianos). São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MOREL, Edmar. *A trincheira da liberdade*. História da Associação Brasileira de Imprensa. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- NEIVA, Arthur. *Daqui e de Longe...* Crônicas nacionais e de viagem. São Paulo: Melhoramentos, 1927.
- NETO, Coelho. *A conquista*. Porto: Chardron, 1920.
- OLINTO, Antônio. *Jornalismo e literatura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.
- OLIVEIRA, Ana Luiza Martins Camargo. *Revistas em revista... imprensa e práticas culturais em tempos de República. 1890-1922*. São Paulo, FFLCH/USP, 1997 (Tese de Doutorado).
- PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Trad. Bernardo Joffily e Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, João. *O fabordão*. Rio de Janeiro: São José, 1964.
- RIO, João do. *A profissão de Jacques Pedreira*. Rio de Janeiro: Scipione, 1992.
- RIO, João. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Departamento Nacional do Livro, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras*. Literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SÜSSEKIND, Flora. O figurino e a forja. In: CARVALHO, José Murilo de et al. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.